



AGRUPAMENTO
**ESCOLAS DE
CRISTELO**

GUIÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

2024-2027



PESSOAS
2030

PORTUGAL
2030



Cofinanciado pela
União Europeia

Guião da Educação Inclusiva



A inclusão não é trazer as pessoas para o que já existe; é criar novos e melhores espaços para todos

George Dei

Não são as nossas diferenças que nos dividem. É a nossa incapacidade de reconhecer, aceitar e celebrar essas diferenças.

Audre Lorde



A R T I C U L A R
P A R T I L H A R
C E N T R O
P E R T E N C E R
B R I N C A R
D E S E N V O L V E R
I N C L U I R
R E A L I Z A R
A P O I O
I M A G I N A R
R E S P E I T A R
C O M U N I C A R

Índice

I-	Introdução	6
1.	Enquadramento Legal	6
II-	Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI)	8
1.	Composição da EMAEI.....	8
2.	Funções e Responsabilidades da EMAEI	8
3.	Processos de Trabalho da EMAEI	9
4.	Colaboração com a Comunidade Educativa.....	9
III-	Princípios Orientadores da Educação Inclusiva	10
IV-	Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA).....	12
1.	Implementação dos Princípios do DUA no AEC.....	14
2.	Benefícios do DUA na Educação Inclusiva.....	15
3.	Alinhamento com os Princípios Orientadores.....	15
4.	Estratégias práticas para a implementação do DUA	16
5.	Desafios e Considerações na Implementação do DUA	17
6.	Compromissos do AEC com o DUA.....	17
V-	Abordagem Multinível de Intervenção Educativa – papel dos intervenientes	17
1.	Objetivos da Abordagem Multinível	17
2.	Estrutura da Abordagem Multinível (AM)	18
3.	Procedimentos para Implementação da Abordagem Multinível	19
VI-	Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA)	22
VII-	Estratégias Práticas de Mobilização das Medidas de Suporte	24
VIII-	Documentação de Apoio ao Processo	29
1.	Procedimentos Específicos do Agrupamento e Documentos Utilizados	29
2.	Papel Complementar do Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA)	29
3.	Monitorização e Avaliação da Eficácia das Medidas.....	30
4.	Estratégias de Envolvimento da Comunidade Educativa	30
5.	Considerações Finais.....	30
IX-	Adaptações ao Processo de Avaliação	31
X-	Progressão dos Alunos.....	33
XI-	Certificação.....	34
Anexos.....		35
Anexo A –	Descrição dos Documentos e Procedimentos Associados	36
Anexo B –	Medidas Universais: a) Acomodações Curriculares	38
Anexo C –	Medidas Universais: b) Diferenciação Pedagógica	39
Anexo D –	Outras Medidas universais	40
Anexo E –	Medidas Seletivas.....	41
Anexo F –	Medidas Adicionais.....	42

Lista de siglas

AEC – Agrupamento de Escolas de Cristelo

NSE – Necessidades de saúde especiais

DNMSAI – Documento de identificação da necessidade de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão

RTP – Relatório técnico-pedagógico

PEI – Programa Educativo Individual PIT – Programa Individual de Transição

PIT – Plano individual de transição

EMAEI – Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva

CAA – Centro de Apoio à Aprendizagem

CRI – Centro de recursos para a inclusão

JNE – Júri Nacional de exames

SPO – Serviço de Psicologia e Orientação

Lista de anexos

Anexo A – Descrição dos Documentos e Procedimentos Associados

Anexo 1 – Documento de identificação da necessidade de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão

Anexo 2 – Relatório técnico-pedagógico

Anexo 3 – Programa educativo individual

Anexo 4 – Plano individual de transição

Anexo 5 – Documento do centro de apoio à aprendizagem - identificação da necessidade de medidas de apoio

Anexo B a D – Medidas Universais

Anexo E – Medidas Seletivas

Anexo F – Medidas Adicionais

Lista de figuras

Figura 1 – Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva

Figura 2 – Esquema Ilustrativo da Abordagem Inclusiva

Figura 3 – Princípios do Desenho Universal para a aprendizagem

Figura 4 – Abordagem multinível

Figura 5 – Centro de apoio à aprendizagem (estrutura agregadora)

Figura 6 – Centro de apoio à aprendizagem (recurso organizacional)

Figura 7 – Processo de identificação de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão

Figura 8 – Esquema conceptual de operacionalização das tarefas da EMAEI

Figura 9 – Diagrama de atuação da EMAEI – fluxo de comunicação

I- Introdução

O presente documento constitui-se como um guia orientador do Agrupamento de Escolas de Cristelo (AEC) destinado a alunos, pais e encarregados de educação, pessoal docente e não docente. Tem como objetivo principal elencar os pressupostos que norteiam a educação inclusiva, bem como explicitar os procedimentos a adotar na identificação, avaliação e monitorização das medidas educativas de suporte à aprendizagem e à inclusão. Este guião visa uniformizar e clarificar os procedimentos, apresentando as etapas a seguir e os documentos a utilizar por todos os elementos da comunidade educativa do Agrupamento.

A educação inclusiva em Portugal tem evoluído significativamente nas últimas décadas, passando de modelos segregadores para modelos verdadeiramente inclusivos. Iniciativas nacionais, como o Programa de Promoção do Sucesso Escolar e os Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP), ilustram o compromisso do país em garantir uma educação de qualidade para todos.

Portugal reiterou o seu compromisso com a educação inclusiva ao ratificar a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e reafirmou-o na Declaração de Lisboa sobre Equidade Educativa em 2015. Estes compromissos internacionais, alinhados com políticas nacionais, têm impulsionado práticas educativas que valorizam a diversidade e promovem a participação de todos os alunos na vida escolar.

No ponto seguinte, será apresentado o enquadramento legal que sustenta estas práticas, destacando os principais diplomas e direitos envolvidos.

1. Enquadramento Legal

1.1. Apresentação do DL 54/2018 e principais alterações na redação atual

O Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, vem reforçar a aposta numa escola inclusiva, concretizando o direito de cada aluno a uma educação que responda às suas potencialidades, expectativas e necessidades no âmbito de um projeto educativo comum e plural. A Lei n.º 116/2019, de 13 de setembro, introduziu alterações que clarificam e aperfeiçoam alguns aspetos do decreto, assegurando uma maior eficácia na sua implementação.

1.2. Outros diplomas legais relevantes

- a) Constituição da República Portuguesa: consagra o direito à educação e à igualdade de oportunidades para todos os cidadãos.
- b) Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, com as alterações subsequentes): estabelece os princípios fundamentais do sistema educativo português.
- c) Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória: orienta as competências que os alunos devem desenvolver ao longo da escolaridade.
- d) Direitos e deveres dos alunos, famílias e instituições educativas:

- Alunos: direito a uma educação inclusiva que responda às suas necessidades e potencie as suas capacidades; dever de participar ativamente no processo educativo.
- Famílias e encarregados de educação: direito a ser informados e a participar nas decisões relativas ao percurso educativo dos seus educandos; dever de colaborar com a escola.
- Instituições educativas: dever de garantir condições de equidade e inclusão; responsabilidade de adaptar os processos de ensino às características individuais dos alunos.

1.3. Outros documentos relevantes

Para além dos documentos referidos, é essencial relevar a importância de outros, que, dando consistência a este guião, são fundamentais na complementaridade que representam em toda ação:

- a) Para uma Educação Inclusiva – Manual de Apoio à Prática
- b) Manual para garantir a inclusão e equidade na educação
[Ver aqui](#)
- c) Inclusão de Alunos Migrantes em Meio Educativo

Desde os princípios e às estratégias, com recursos para acolhimentos do alunos migrantes – [ver aqui](#).

- d) Sistema de Monitorização da Implementação do Regime Jurídico da Educação Inclusiva
– Um Guia para as Escolas

2. Objetivos e Importância do Guião

Este guião destina-se a todos os intervenientes no processo educativo do Agrupamento de Escolas de Cristelo. Pretende:

- Uniformizar procedimentos relativos à educação inclusiva no Agrupamento.
- Servir como instrumento de reflexão e desenvolvimento profissional contínuo.
- Facilitar a implementação das medidas previstas no DL 54/2018 e na Lei n.º 116/2019.
- Promover a colaboração entre docentes, não docentes, alunos, famílias e comunidade.
- Contribuir para a construção de uma cultura escolar inclusiva, onde a diversidade é valorizada.

Ao promover práticas inclusivas, o Agrupamento de Escolas de Cristelo reafirma o seu compromisso com uma educação de qualidade para todos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

II- Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI)

De acordo com o Decreto-Lei n.º 54/2018, é constituída a Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI), composta por elementos permanentes e variáveis, com o objetivo de promover uma abordagem integrada e contínua à educação inclusiva.

1. Composição da EMAEI

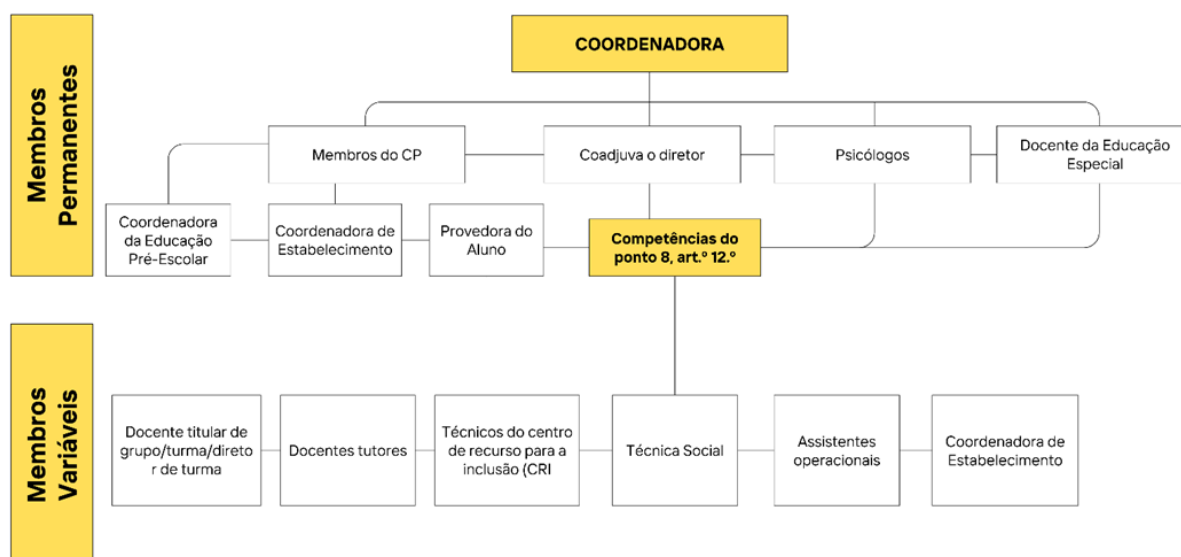


Fig. 1 – Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (art.º 12.º, DL n.º 54/2018, de 6 de julho, na sua redação atual)

2. Funções e Responsabilidades da EMAEI

A EMAEI desempenha um papel crucial na promoção de uma educação inclusiva, assumindo as seguintes funções:

- **Identificação das necessidades de cada Aluno:**
 - Avaliar as barreiras à aprendizagem e participação que cada aluno enfrenta.
 - Realizar uma avaliação multidimensional, considerando aspetos académicos, comportamentais, sociais, emocionais e contextuais.
- **Desenvolvimento de Medidas de Suporte à Aprendizagem:**
 - Propor e implementar medidas de suporte em diferentes níveis de intervenção (universal, seletivo e adicional).
 - Conceber modelos curriculares flexíveis e estratégias pedagógicas diversificadas.
 - Elaborar Programas Educativos Individuais (PEI) e Planos Individuais de Transição (PIT), quando necessário.
- **Monitorização do Progresso do Aluno:**
 - Acompanhar sistematicamente a eficácia das intervenções implementadas.
 - Ajustar estratégias e medidas de suporte com base na evolução do aluno.
 - Registar o progresso nos aspetos académicos, comportamentais, sociais e emocionais.

- **Promoção do Diálogo e Colaboração:**
 - Estabelecer uma comunicação regular e eficaz com os pais e encarregados de educação.
 - Promover reuniões formais, workshops e utilizar plataformas online como a Dat@Cris e o Plano do Aluno para partilha de informações.
 - Envolver os pais na definição e revisão dos planos de intervenção, encorajando a sua participação ativa.
- **Envolvimento na Definição do Plano de Ação:**
 - Facilitar a participação dos pais na análise e sugestão de medidas de suporte à aprendizagem para os seus filhos.
 - Garantir que as estratégias adotadas refletem as necessidades e potencialidades individuais dos alunos.
- **Integração em Atividades:**
 - Promover a participação dos alunos em atividades escolares e extraescolares, assegurando a inclusão em contextos diversos.
 - Incentivar a participação dos pais em atividades com caráter universal, fortalecendo a comunidade educativa.

3. Processos de Trabalho da EMAEI

- **Metodologias de Intervenção:**
 - Adotar práticas baseadas em evidências e alinhadas com as diretrizes nacionais.
 - Utilizar instrumentos de avaliação adequados e atualizados.
- **Procedimentos Organizacionais:**
 - Realizar reuniões periódicas para discussão de casos e tomada de decisões.
 - Definir planos de ação com objetivos claros e estratégias delineadas.
 - Garantir a confidencialidade e o respeito pela privacidade dos alunos e famílias.
- **Formação e Desenvolvimento Profissional:**
 - Participar em ações de formação contínua para atualização de conhecimentos.
 - Partilhar boas práticas e experiências entre os membros da equipa.
 - Promover a reflexão sobre as práticas inclusivas adotadas.

4. Colaboração com a Comunidade Educativa

- **Trabalho Colaborativo com Docentes:**
 - Apoiar os professores na implementação de estratégias inclusivas na sala de aula.
 - Fornecer recursos e materiais adaptados às necessidades dos alunos.
- **Parcerias Externas:**
 - Estabelecer relações com serviços de saúde, instituições sociais e outras entidades que possam contribuir para o bem-estar dos alunos.
 - Facilitar a transição entre ciclos de ensino e para a vida pós-escolar.

III-Princípios Orientadores da Educação Inclusiva

A educação inclusiva assenta em pressupostos fundamentais que visam garantir condições adequadas para a equidade e a igualdade de oportunidades no acesso ao currículo, na frequência e na progressão ao longo da escolaridade obrigatória. O Decreto-Lei n.º 54/2018, na sua redação atual, não é uma lei de educação especial, mas uma lei para a educação inclusiva, promovendo uma mudança de paradigma na abordagem educativa. Os princípios orientadores da Educação Inclusiva podem sistematizados em:

a) Equidade e Igualdade de Oportunidades

- Garantia de Condições Adequadas: Assegurar que todos os alunos tenham acesso aos recursos necessários para o seu sucesso educativo, independentemente das suas características pessoais e contextuais.
- Eliminação de Barreiras: Identificar e remover obstáculos à aprendizagem e à participação, promovendo ambientes educativos acessíveis a todos.
- Participação Ativa
- Envolvimento dos Alunos: Incentivar a participação ativa dos alunos no seu processo de aprendizagem, valorizando as suas opiniões e experiências.
- Colaboração com Pais e Encarregados de Educação:
 - Diálogo Contínuo: Estabelecer comunicação regular através de reuniões formais, workshops, painéis de partilha e ferramentas digitais como a Plataforma de Avaliação Integrada ou o Plano do Aluno.
 - Definição de Planos de Ação: Encorajar os pais a participarem na análise e sugestão de medidas de suporte à aprendizagem para os seus educandos.
 - Integração em Atividades: Promover a participação dos pais em atividades escolares, especialmente as de carácter universal.

b) Valorização da Diversidade

- Potencialidades e Interesses Individuais: Reconhecer e valorizar as diferenças individuais dos alunos como enriquecedoras do processo educativo.
- Percursos Diferenciados: Proporcionar caminhos educativos adaptados que permitam a cada aluno progredir no currículo e alcançar o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

c) Flexibilidade Curricular

- Modelos Curriculares Flexíveis: Implementar currículos adaptáveis, potenciados pelo Plano de Inovação, que privilegiem o trabalho colaborativo, a constituição de equipas multidisciplinares e a eliminação de barreiras à aprendizagem.

- Desenho Universal para a Aprendizagem: Aplicar princípios que permitam o acesso ao currículo por todos os alunos, através de múltiplas formas de representação, expressão e envolvimento.
 - Intervenção Multinível: Organizar medidas de apoio em diferentes níveis de intervenção (universal, seletivo e adicional), ajustadas às necessidades específicas de cada aluno.
- d) Cooperação e Trabalho Colaborativo**
- Equipas Multidisciplinares: Promover a colaboração entre profissionais de diferentes áreas, incluindo a Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI).
 - Redes de Partilha e Parcerias: Estabelecer parcerias com entidades externas e criar redes de partilha de boas práticas.
 - Articulação entre Estruturas Internas: Fortalecer a ligação entre o Observatório da Qualidade e a EMAEI para monitorizar e avaliar a eficácia das intervenções.
- e) Avaliação e Monitorização Contínua**
- Processo de Avaliação de Apoio à Aprendizagem: Implementar avaliações que considerem aspetos académicos, comportamentais, sociais e emocionais dos alunos, bem como fatores ambientais.
 - Acompanhamento Sistemático: Monitorizar a eficácia das intervenções implementadas, ajustando estratégias conforme necessário para assegurar o sucesso educativo.
- f) Promoção da Cidadania Ativa**
- Formação Humanística: Contribuir para a formação integral dos alunos como cidadãos participativos, respeitando os valores democráticos e os direitos humanos.
 - Exercício da Cidadania ao Longo da Vida: Preparar os alunos para uma participação ativa e informada na sociedade, promovendo o exercício contínuo da cidadania.
- g) Abordagem Integrada e Contínua**
- Avaliação Multidimensional: Adotar uma visão holística do percurso escolar de cada aluno, considerando todas as dimensões que influenciam a aprendizagem.
 - Intervenção Sequencial e Dinâmica: Desenvolver intervenções que sejam sequenciais e ajustáveis, acompanhando o desenvolvimento do aluno ao longo do tempo.

Estes princípios orientadores e a sua abordagem integrada podem ser esquematizados na ação do Agrupamento de Escolas de Cristelo pela figura 2, que se segue.

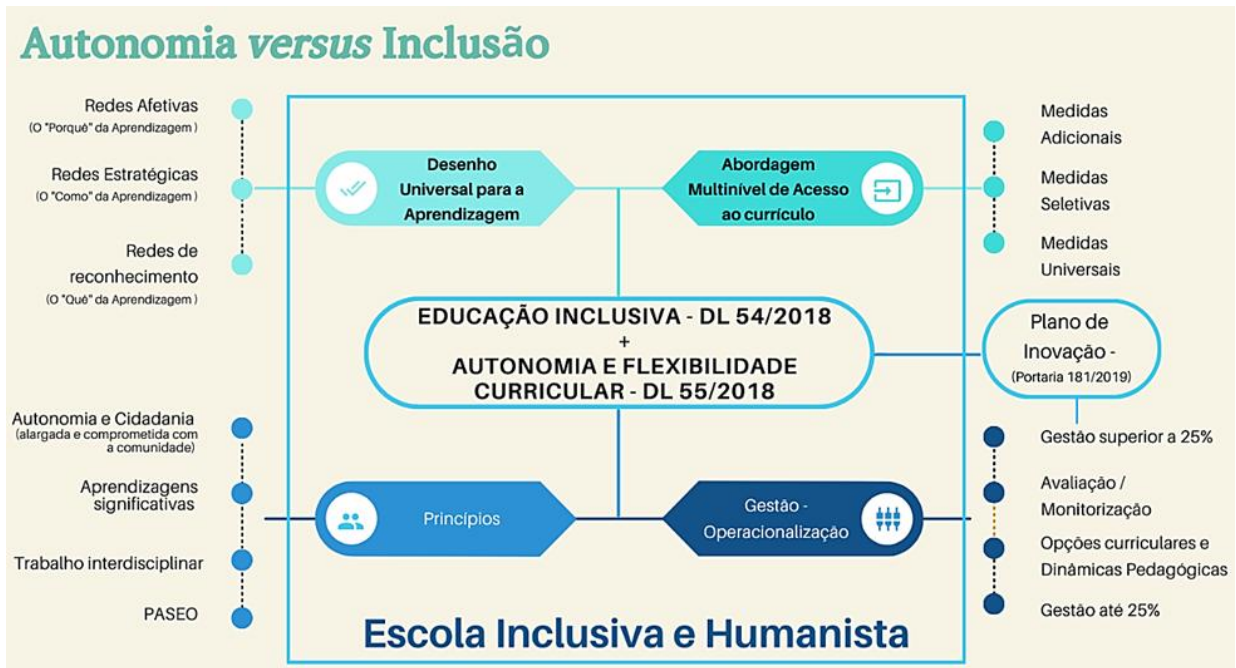


Fig. 2 – Esquema Ilustrativo da Abordagem Inclusiva




A abordagem descrita afasta-se da conceção tradicional de que é necessário categorizar para intervir. Em vez disso, foca-se na identificação das necessidades de cada aluno sem rótulos, garantindo que todos possam atingir o seu potencial máximo através de medidas e estratégias educativas adequadas.

A implementação destes princípios é reforçada pelas ações previstas no Plano de Inovação e no Plano de Ação do Agrupamento, que operacionalizam as medidas universais de forma natural e integrada.

IV- Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA)

A educação inclusiva no Agrupamento de Escolas de Cristelo, baseada nos princípios fundamentais enunciados, visa garantir uma educação de qualidade para todos os alunos, respeitando as suas diferenças e potenciando as suas capacidades. Um dos pilares centrais desta abordagem é o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), que orienta as práticas pedagógicas para a inclusão efetiva de todos os alunos no processo educativo.

O Desenho Universal para a Aprendizagem é uma abordagem pedagógica que procura desenvolver currículos flexíveis e acessíveis a todos os alunos desde o início. Baseia-se em três princípios fundamentais que orientam a planificação e implementação das práticas educativas:

Redes de Reconhecimento	Redes de Estratégia	Redes Afetivas
Aprender o QUÊ	Aprender COMO	Aprender POR QUÊ
		
Como reunimos factos e categorizamos o que vemos, ouvimos e lemos. A identificação de letras, palavras ou o estilo de um autor são tarefas de reconhecimento.	Planear e desempenhar tarefas. Como organizamos e expressamos as nossas ideias. Escrever um texto ou resolver um problema de matemática são tarefas estratégicas.	Como os alunos se empenham e se mantêm motivados. Como reagem aos desafios, se estimulam e interessam. Estas são dimensões afetivas.
➡ Apresente a informação e os conteúdos em diferentes formatos	➡ Diversifique os modos como os alunos podem expressar o que sabem	➡ Estimule o interesse e a motivação por aprender
Mais formas de promover Múltiplos Meios de Representação	Mais formas de promover Múltiplos Meios de Ação e Expressão	Mais formas de promover Múltiplos Meios de Envolvimento

Fonte: CAST: What is UDL? (<http://cast.org/research/udl>)

Figura 3 – Princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem

Princípio I: Fornecer Múltiplos Meios de Representação (O "O quê" da aprendizagem)

Este princípio reconhece que os alunos percebem e compreendem a informação de formas diferentes. Para garantir que todos tenham acesso ao conhecimento, é essencial apresentar os conteúdos através de múltiplas formas.

Estratégias

Utilizar recursos visuais, auditivos e cinestésicos.

Apresentar a informação em formatos diversos, como textos, imagens, vídeos e gráficos.

Fornecer traduções ou adaptações linguísticas para alunos com necessidades específicas.

Usar exemplos e não exemplos para clarificar conceitos.

Princípio II: Fornecer Múltiplos Meios de Ação e Expressão (O "Como" da aprendizagem)

Este princípio destaca que os alunos diferem na forma como expressam o que sabem e como demonstram a sua aprendizagem. É essencial oferecer diversas formas para que os alunos possam interagir com o material e expressar as suas ideias.

Estratégias

Permitir diferentes modalidades de resposta, como escrita, oral, artística ou digital.

Oferecer ferramentas e tecnologias de apoio que facilitem a expressão e a comunicação.

Desenvolver oportunidades para a prática e aperfeiçoamento de habilidades.

Proporcionar suporte no planeamento e organização das tarefas.

Princípio III: Fornecer Múltiplos Meios de Compromisso (O "Porquê" da aprendizagem)

Este princípio reconhece que a motivação e o envolvimento dos alunos na aprendizagem variam significativamente. É importante oferecer opções que despertem o interesse, a motivação e a persistência dos alunos.

Estratégias

Propor atividades relevantes e autênticas que se relacionem com os interesses dos alunos.

Oferecer níveis adequados de desafio para manter a motivação.

Promover a autonomia, oferecendo escolhas e incentivando a autorregulação.

Criar um ambiente seguro que permita a tomada de riscos e o erro como parte do processo de aprendizagem.

1. Implementação dos Princípios do DUA no AEC

A aplicação dos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem no Agrupamento de Escolas de Cristelo envolve:

- Planeamento Colaborativo:
 - Os docentes trabalham em equipa para planear aulas que incorporem os princípios do DUA, garantindo que as necessidades de todos os alunos são consideradas desde o início.
 - Integração de diferentes áreas disciplinares para criar experiências de aprendizagem mais ricas e significativas.
- Formação Contínua:
 - A escola promove a formação dos professores e restantes profissionais em práticas inclusivas e no DUA, fortalecendo as competências para a sua implementação eficaz.
 - Workshops, seminários e sessões de partilha de práticas de sucesso.

- Recursos Diversificados:
 - Disponibilização de materiais e recursos variados que suportam múltiplas formas de representação, ação e envolvimento.
 - Utilização de tecnologias de informação e comunicação como ferramentas facilitadoras.
- Ambientes de Aprendizagem Flexíveis:
 - Criação de espaços e contextos que permitem diferentes formas de interação e participação, acomodando as preferências e necessidades dos alunos.
 - Adaptação do mobiliário e organização das salas para promover a acessibilidade e o conforto.

2. Benefícios do DUA na Educação Inclusiva

A adoção do Desenho Universal para a Aprendizagem traz diversos benefícios, tais como:

- Aumento da Participação:
 - Todos os alunos têm oportunidades reais de participar e contribuir para a aprendizagem coletiva.
 - Redução do absentismo e melhoria do clima escolar.
- Melhoria do Desempenho Acadêmico:
 - As estratégias diversificadas atendem às diferentes formas de aprendizagem, potenciando o sucesso educativo.
 - Desenvolvimento de competências transversais, como o pensamento crítico e a resolução de problemas.
- Promoção da Equidade:
 - Redução das barreiras à aprendizagem e promoção de oportunidades iguais para todos os alunos.
 - Valorização das diferenças individuais como contributos positivos para a comunidade escolar.

3. Alinhamento com os Princípios Orientadores

Os princípios do DUA estão alinhados com os princípios orientadores da educação inclusiva no AEC:

- Equidade e Igualdade de Oportunidades:
 - O DUA promove o acesso de todos os alunos ao currículo, independentemente das suas características individuais, assegurando que cada um tem o apoio necessário para alcançar o seu potencial.

- Participação Ativa:
 - Incentiva a participação ativa dos alunos, valorizando as suas experiências e promovendo o envolvimento significativo nas atividades educativas.
- Valorização da Diversidade:
 - Reconhece e valoriza as diferenças individuais como uma riqueza para o processo educativo, promovendo um ambiente onde todos se sentem respeitados e incluídos.
- Flexibilidade Curricular:
 - Permite adaptar o currículo às necessidades dos alunos, mantendo os objetivos de aprendizagem, mas ajustando as estratégias e recursos utilizados.
- Cooperação e Trabalho Colaborativo:
 - Incentiva o trabalho em equipa entre docentes, alunos e famílias para o sucesso da aprendizagem, promovendo uma cultura de colaboração e apoio mútuo.

4. Estratégias práticas para a implementação do DUA

No AEC são várias as estratégias práticas para a implementação do DUA. Há, sobretudo, uma elevada preocupação em tornar tais estratégias exequíveis, entendíveis, articuláveis, partilhadas e colaborativas, para que sejam o mais e sustentáveis possível. Podemos resumir essas estratégias em:

- Diversificação de Materiais:
 - Utilização de livros digitais, áudio-livros, vídeos educativos e outros recursos que atendam a diferentes estilos de aprendizagem.
- Avaliação Diferenciada:
 - Aplicação de métodos de avaliação variados que permitam aos alunos demonstrar o que aprenderam de formas que lhes sejam confortáveis.
- Incentivo à Autorregulação:
 - Ensino de estratégias que ajudem os alunos a monitorizar o seu próprio progresso, estabelecendo metas e refletindo sobre a sua aprendizagem.
- Feedback Contínuo e Construtivo:
 - Fornecimento de feedback regular que seja específico, orientador e encorajador, ajudando os alunos a crescer e melhorar.

5. Desafios e Considerações na Implementação do DUA

- Necessidade de Formação Adequada:
 - É fundamental que os profissionais estejam preparados e confiantes na aplicação dos princípios do DUA.
- Tempo e Recursos:
 - A criação e adaptação de materiais diversificados podem requerer tempo e recursos adicionais.
- Colaboração entre Profissionais:
 - A implementação eficaz do DUA beneficia de uma forte colaboração entre todos os membros da comunidade educativa.

6. Compromissos do AEC com o DUA

O Agrupamento de Escolas de Cristelo está comprometido com a implementação dos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem, reconhecendo que esta abordagem é fundamental para a promoção de uma educação inclusiva e de qualidade. Este compromisso traduz-se em ações concretas, como:

- Políticas Escolares Inclusivas:
 - Definição de diretrizes claras que promovem o DUA como uma prática padrão na escola.
- Investimento em Recursos:
 - Alocação de recursos para a aquisição de materiais e tecnologias que apoiem o DUA.
- Envolvimento da Comunidade:
 - Promoção do envolvimento dos pais e da comunidade na compreensão e apoio às práticas do DUA.

V- Abordagem Multinível de Intervenção Educativa – papel dos intervenientes

A educação inclusiva no Agrupamento de Escolas de Cristelo apoia-se numa abordagem multinível. Este modelo organiza as Medidas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão em três níveis de intervenção, assegurando que cada aluno recebe o apoio adequado às suas necessidades específicas.

1. Objetivos da Abordagem Multinível

- Identificação Precoce: Detetar rapidamente alunos que possam estar em risco de insucesso escolar ou dificuldades de aprendizagem.
- Intervenção Preventiva: Implementar estratégias e medidas de apoio antes que as dificuldades se agravem.

- Monitorização Contínua: Acompanhar o progresso dos alunos para ajustar as intervenções conforme necessário.
- Decisões Baseadas em Dados: Utilizar evidências e dados objetivos para orientar as práticas educativas e intervenções.

2. Estrutura da Abordagem Multinível (AM)

A AM é organizada em três níveis de intervenção, também referidos como medidas de suporte à aprendizagem (detalhadas nos anexos B; C; D; F).

Na tabela seguinte são desenvolvidos os níveis de intervenção em cada uma das medidas, realçando os objetivos, as estratégias e a monitorização em cada nível de abordagem.

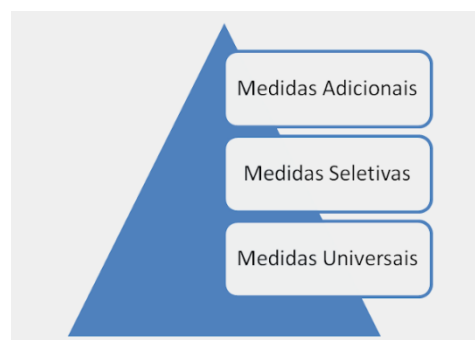


Figura 4 - Abordagem multinível

	Descrição	Objetivos	Estratégias	Monitorização
Nível 1 Medidas Universais	Estratégias e práticas pedagógicas direcionadas a todos os alunos. Ambiente educativo inclusivo que promove a aprendizagem e participação de todos.	Proporcionar ensino de alta qualidade acessível a todos. Prevenir o aparecimento de dificuldades de aprendizagem.	Diferenciação pedagógica. Acomodações Curriculares. Utilização dos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem Apoio individualizado ou em pequenos grupos.	Avaliações regulares para identificar alunos que possam necessitar de suporte adicional.
Nível 2 Medidas Seletivas	Intervenções direcionadas a grupos de alunos que apresentam necessidades semelhantes ou que não responderam adequadamente às intervenções universais.	Fornecer apoio suplementar para superar dificuldades específicas. Evitar que pequenas dificuldades evoluam para problemas mais significativos.	Tutorias. Programas específicos de intervenção nas áreas de dificuldade.	Avaliação frequente do progresso para ajustar as intervenções. Registo de observações e resultados para informar decisões futuras.
Nível 3 Medidas Adicionais	Intervenções intensivas e individualizadas para alunos que não responderam adequadamente aos níveis anteriores.	Atender necessidades educacionais complexas ou persistentes. Promover o máximo desenvolvimento das potencialidades do aluno.	Adaptações curriculares significativas. Elaboração de Planos Educativos Individuais (PEI). Implementação de Planos Individuais de Transição (PIT) para a vida pós-escolar. Utilização de tecnologias de apoio e recursos especializados.	Avaliação contínua e detalhada do progresso. Reuniões regulares com a Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI) e famílias.

3. Procedimentos para Implementação da Abordagem Multinível (AM)

3.1. Identificação das Necessidades

- Observação em Sala de Aula:
 - Docentes identificam sinais de dificuldades nas áreas acadêmica, comportamental ou socio emocional.
- Análise de Dados:
 - Resultados de avaliações formais e informais.
 - Registos de frequência, participação e comportamento.
- Sinalização:
 - Docentes comunicam as observações à EMAEI para análise.

3.2. Avaliação Inicial

- Avaliação Multidimensional:
 - Consideração dos aspetos cognitivos, emocionais, sociais e contextuais.
- Colaboração com Famílias:
 - Recolha de informações adicionais junto dos pais ou encarregados de educação.
- Decisão de Intervenção:
 - Definição do nível de intervenção apropriado com base na avaliação.

3.3. Planeamento da Intervenção

- Definição de Objetivos:
 - Estabelecimento de metas claras e alcançáveis para o aluno.
- Seleção de Estratégias:
 - Escolha das estratégias mais adequadas ao nível de intervenção.
- Elaboração de Planos:
 - Desenvolvimento de um plano de intervenção individualizado quando necessário.

3.4. Implementação das Intervenções

- Ação Coordenada:
 - Envolvimento dos docentes, EMAEI, CAA e outros profissionais relevantes.
- Adaptação de Recursos:
 - Utilização de materiais e tecnologias adequadas às necessidades do aluno.
- Ambiente de Aprendizagem:
 - Criação de contextos que favoreçam a inclusão e a participação ativa.

3.5. Monitorização e Avaliação do Progresso

- Avaliações Regulares:
 - Aplicação de instrumentos de avaliação para medir o progresso.
- Registo de Dados:
 - Documentação sistemática dos resultados e observações.
- Revisão de Intervenções:
 - Ajuste das estratégias com base nos dados recolhidos.
- Comunicação com Famílias:
 - Partilha de informações sobre o progresso e envolvimento nos próximos passos.

3.6. Decisão sobre Continuação ou Alteração das Intervenções

- Análise dos Resultados:
 - Verificação se os objetivos estabelecidos estão a ser atingidos.
- Decisão Colaborativa:
 - Em conjunto com a EMAEI, decidir se:
 - O aluno pode regressar a um nível inferior de intervenção.
 - Deve continuar no mesmo nível com ajustes.
 - Necessita de avançar para um nível superior de intervenção.
- Planeamento Futuro:
 - Atualização dos planos de intervenção ou elaboração de novos, conforme necessário.

3.7. Papel dos Intervenientes na Abordagem Multinível

3.7.1. Docentes

- Implementação de Estratégias:
 - Aplicar as intervenções definidas nos diferentes níveis.
- Observação e Registo:
 - Monitorizar o progresso dos alunos e comunicar à EMAEI.
- Colaboração:
 - Trabalhar em conjunto com outros profissionais e famílias.

3.7.2. Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI)

- Coordenação do Processo:
 - Liderar a avaliação, planeamento e monitorização das intervenções.
- Apoio Técnico:
 - Fornecer orientação e recursos aos docentes.

- Ligação com Famílias:
 - Facilitar a comunicação e envolvimento dos pais ou encarregados de educação.

3.7.3. Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA)

- Suporte Especializado:
 - Oferecer intervenções específicas, principalmente no nível 3.
- Recursos e Materiais:
 - Disponibilizar ferramentas e tecnologias de apoio.
- Colaboração com a EMAEI:
 - Participar no planeamento e implementação das intervenções.

3.7.4. Pais e Encarregados de Educação

- Participação Ativa:
 - Envolver-se no processo de intervenção e apoiar em casa.
- Comunicação Regular:
 - Manter contato com a escola para acompanhar o progresso.
- Fornecimento de Informações:
 - Partilhar insights sobre o aluno que possam ajudar na intervenção.

3.8. Vantagens do Modelo de Abordagem Multinível

- Prevenção de Dificuldades:
 - Intervenções precoces evitam o agravamento de problemas.
- Intervenção Personalizada:
 - Suporte adaptado às necessidades específicas de cada aluno.
- Decisões Informadas:
 - Uso de dados objetivos para orientar práticas educativas.
- Melhoria do Desempenho:
 - Aumenta as oportunidades de sucesso académico e social dos alunos.

3.9. Desafios na Implementação da Abordagem Multinível

- Necessidade de Formação:
 - Profissionais devem estar preparados para aplicar o modelo eficazmente.
- Recursos Limitados:
 - Pode requerer recursos adicionais em termos de tempo e materiais.
- Colaboração Eficaz:
 - Requer uma comunicação fluida entre todos os intervenientes.

– Compromisso do AEC com a Abordagem Multinível

O Agrupamento de Escolas de Cristelo está empenhado na implementação eficaz desta abordagem multinível, reconhecendo-a como uma ferramenta essencial para promover a equidade e o sucesso educativo de todos os alunos. Este compromisso traduz-se em:

- Formação Contínua:
 - Investimento na capacitação dos profissionais.
- Políticas e Procedimentos Claros:
 - Estabelecimento de diretrizes para orientar a aplicação da AM.
- Recursos Adequados:
 - Alocação de recursos humanos e materiais para apoiar as intervenções.
- Avaliação e Melhoria Contínua:
 - Monitorização da eficácia do modelo e ajustamento conforme necessário.

4. Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA)

O **Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA)** é uma estrutura essencial que promove uma aprendizagem holística e a agregação de recursos, funcionando como um eixo centralizador dos recursos humanos e materiais, dos saberes e competências da escola.



Fig. 5 – Centro de Apoio à Aprendizagem – aprendizagem holística, com agregação

1. Papel e Importância do CAA

A partir de uma visão holística, o CAA redefine as atribuições das equipas multidisciplinares na condução do processo de identificação das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão. Atua em função das características de cada aluno, acompanhando e monitorizando a eficácia da aplicação dessas medidas. O CAA reforça o envolvimento dos docentes, técnicos, pais ou encarregados de educação e do próprio aluno, consolidando-se como um modelo que se concretiza em diferentes ambientes educativos, agregando recursos e promovendo a inclusão.

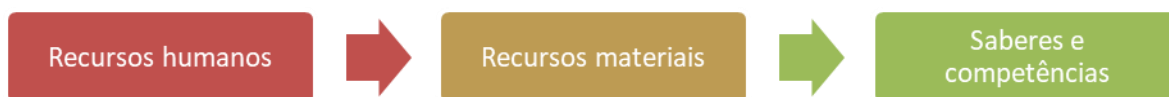


Figura 6 – Centro de Apoio à Aprendizagem (estrutura agregadora)

2. Objetivos Gerais do CAA

Em colaboração com os demais serviços da escola, o CAA tem como objetivos gerais:

- a) Apoiar a inclusão de crianças e jovens no grupo/turma e nas rotinas e atividades da escola, através da diversificação de estratégias de acesso ao currículo.
- b) Promover e apoiar o acesso à formação, ao ensino superior e à integração na vida pós-escolar.
- c) Facilitar o acesso ao lazer, à participação social e à vida autónoma.

3. Objetivos Específicos do CAA

Os objetivos específicos do CAA incluem:

- a) Promover a qualidade da participação dos alunos nas atividades da turma e nos diversos contextos de aprendizagem.
- b) Apoiar os docentes do grupo ou turma a que os alunos pertencem, oferecendo estratégias e recursos pedagógicos.
- c) Apoiar a criação de recursos de aprendizagem e instrumentos de avaliação para as diversas componentes do currículo.
- d) Desenvolver metodologias de intervenção interdisciplinares que facilitem os processos de aprendizagem, autonomia e adaptação ao contexto escolar.
- e) Promover a criação de ambientes estruturados, ricos em comunicação e interação, fomentadores da aprendizagem.
- f) Apoiar a organização do processo de transição para a vida pós-escolar.

4. Funcionamento e Dinamização do CAA

A dinamização do CAA pressupõe:

- Recursos Humanos Alocados: Profissionais dedicados ao apoio direto aos alunos e à preparação e elaboração de recursos materiais.
- Avaliação e Reformulação Contínua: A eficácia das estratégias e atividades implementadas pelo CAA é continuamente avaliada e ajustada, visando diagnosticar e monitorizar os efeitos das intervenções. Este processo inclui:
 - Inquéritos de Satisfação: Aplicados ao pessoal docente, não docente e aos alunos envolvidos, para recolher feedback sobre as ações desenvolvidas.
 - Monitorização Sistemática: Acompanhamento regular das estratégias implementadas e dos progressos dos alunos.

5. Articulação com a Ação Educativa da Turma

A ação educativa promovida pelo CAA é **subsidiária** da ação desenvolvida na turma do aluno, convocando a intervenção de todos os agentes educativos. Insere-se no contínuo de respostas educativas disponibilizadas pela escola, assegurando que as intervenções são complementares e integradas.

6. Estratégias de Implementação

Tendo em conta os objetivos gerais e específicos, o CAA estabelece formas de concretização, constantes no seu regimento interno, que incluem:

- Desenvolvimento de Medidas Adicionais: Para alunos que requerem adaptações curriculares significativas, metodologias e estratégias de ensino estruturado e o desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social.
- Complementaridade com a Sala de Aula: Oferece respostas que complementam o trabalho desenvolvido em sala de aula ou noutros contextos educativos, com vista à inclusão plena dos alunos.

4.7. Envolvimento dos Alunos e Famílias

O CAA promove o envolvimento ativo dos alunos e das suas famílias, assegurando que:

- Os alunos participem ativamente no seu processo de aprendizagem, incentivando a autonomia e a responsabilidade.
- As famílias estejam informadas e envolvidas nos processos de decisão, colaborando na implementação das estratégias de suporte.

8. Avaliação e Monitorização

A eficácia da dinamização do CAA é continuamente avaliada e reformulada para:

- Diagnosticar e Monitorizar: Avaliar os efeitos e consequências das estratégias e atividades implementadas.
- Ajustar Intervenções: Realizar ajustes necessários com base nos resultados obtidos e feedback recebido.

VI- Estratégias Práticas de Mobilização das Medidas de Suporte

Nesta secção, pretendemos explicitar como o Agrupamento de Escolas de Cristelo, através da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI), concretiza as orientações legislativas no âmbito das políticas educativas de apoio à aprendizagem e à inclusão. Apresentamos as diferentes fases do processo de identificação das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, a documentação de apoio ao processo de implementação, acompanhamento e avaliação das medidas, bem como os procedimentos associados.

1. Fases do Processo de Identificação das Medidas de Suporte

O processo de identificação da necessidade de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão deve ocorrer o mais precocemente possível e pode ser iniciado por:

- Pais ou encarregados de educação;
- Serviços de intervenção precoce;
- Docentes;
- Outros técnicos ou serviços que intervêm com a criança ou aluno.

O Documento de Identificação da Necessidade de Medidas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão – DINMASAI I e II (Anexo 1) serve como ponto de partida para todo este processo e é entregue nos serviços administrativos – área de alunos, pela entidade responsável pelo seu preenchimento.

A identificação é apresentada à diretora da escola, acompanhada da documentação considerada relevante, que pode incluir:

- Evidências da avaliação (fichas formais, fichas de avaliação, trabalhos);
- Intervenção já efetuada e necessidades identificadas;
- Relatórios médicos e de avaliação psicológica;
- Outros documentos pertinentes.

Nos casos de problemas de saúde física ou mental, enquadrados nas necessidades de saúde especiais (NSE), a documentação pode integrar um parecer médico.

Procedimentos do Processo de Identificação:

1. Receção e Análise Inicial:

O Diretor do Agrupamento, no prazo de três dias úteis a contar do dia útil seguinte ao da respetiva apresentação, solicita à EMAEI um parecer sobre o processo.

2. Avaliação pela EMAEI:

A EMAEI analisa a informação disponível, ouvindo os pais, o aluno e outros elementos fundamentais, tais como educador titular de grupo, professor titular de turma, diretor de turma, coordenador de estabelecimento, assistentes operacionais e outros técnicos.

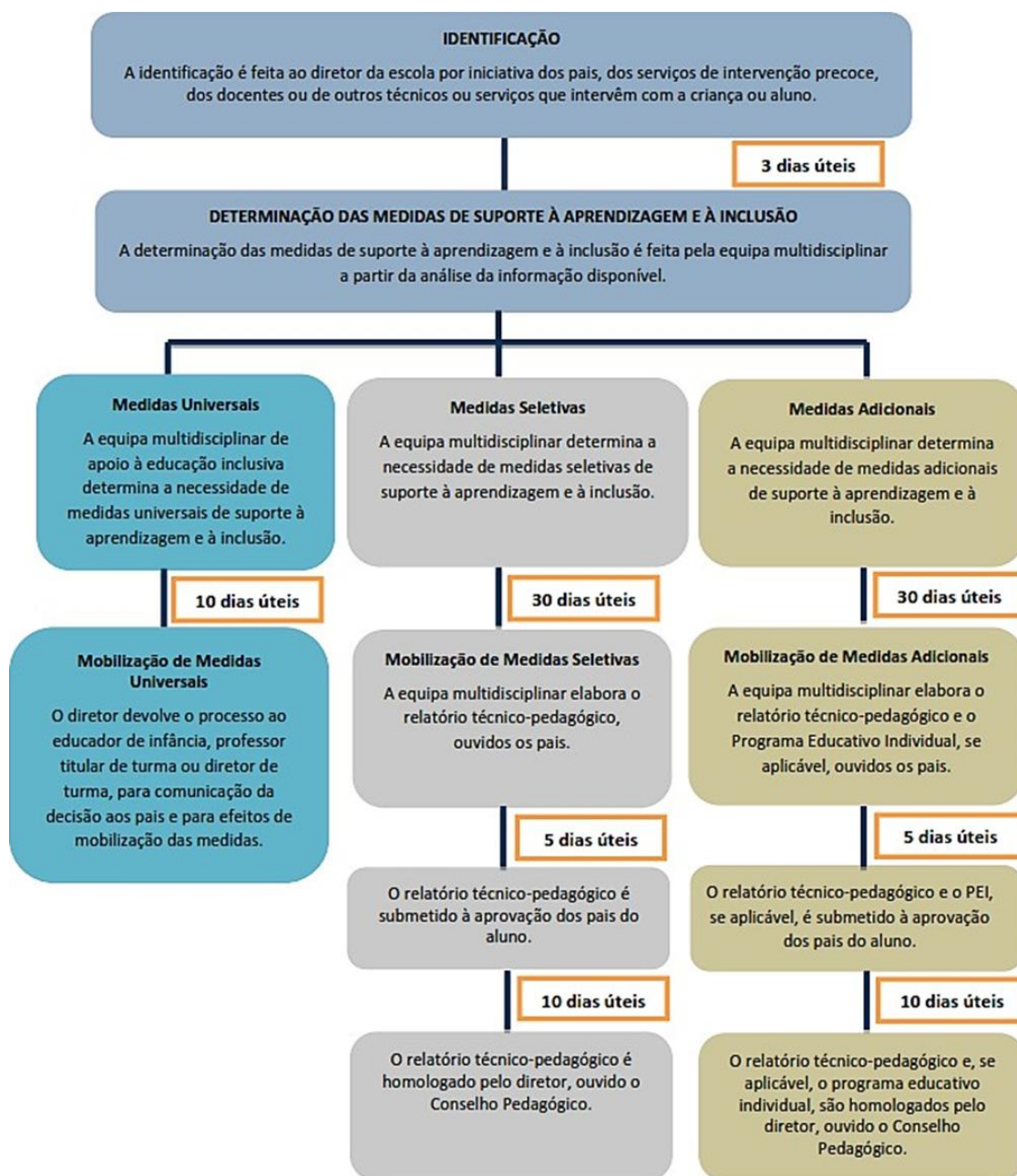
3. Deliberação da EMAEI:

a. Se apenas forem necessárias medidas universais:

- i. A EMAEI devolve o processo ao Diretor, no prazo de dez dias úteis, com essa indicação.
- ii. O Diretor reencaminha para o educador titular de grupo, professor titular de turma ou diretor de turma, para comunicação da decisão aos pais ou encarregados de educação e ativação das respostas na escola e na turma.

b. Se forem necessárias medidas seletivas e/ou adicionais:

A EMAEI elabora, no prazo máximo de 30 dias úteis, o RTP e, quando o aluno carece de adaptações curriculares significativas, o Programa Educativo Individual (PEI).



4. Aprovação e Homologação:

- a. O RTP é submetido à aprovação dos pais ou encarregados de educação no prazo de cinco dias úteis após a sua conclusão. Estes e, sempre que possível, o próprio aluno, datam e assinam o RTP.
- b. O Diretor dispõe de dez dias úteis para homologar o RTP e, quando aplicável, o PEI, ouvido o Conselho Pedagógico, e proceder à mobilização das medidas de suporte neles previstas.

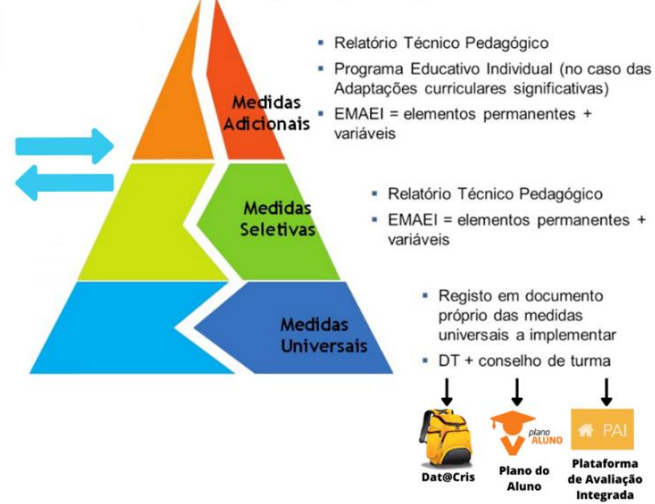
As páginas seguintes esquematizam toda a conceptualização da ação da EMAEI.

DESENHO UNIVERSAL DE APRENDIZAGEM

Redes de Reconhecimento	Redes de Estratégia	Redes Afetivas
Aprender o QUÊ	Aprender COMO	Aprender POR QUÊ
Como reunimos factos e categorizamos o que vemos, ouvimos e lemos. A identificação de letras, palavras ou o estilo de um autor são tarefas de reconhecimento.	Planejar e desempenhar tarefas. Como organizamos e expressamos as nossas ideias. Escrever um texto ou resolver um problema de matemática são tarefas estratégicas.	Como os alunos se empenham e se mantêm motivados. Como reagem aos desafios, se estimulam e interessam. Estas são dimensões afetivas.
➡ Apresente a informação e os conteúdos em diferentes formatos	➡ Diversifique os modos como os alunos podem expressar o que sabem	➡ Estimule o interesse e a motivação por aprender
Mais formas de promover Múltiplos Meios de Representação	Mais formas de promover Múltiplos Meios de Ação e Expressão	Mais formas de promover Múltiplos Meios de Envolvimento

Fonte: CAST: What is UDL? (<http://cast.org/research/udl>)

ABORDAGEM MULTINÍVEL
Medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão



Abandonam-se os sistemas de categorização de alunos, colocando o enfoque num continuum de ações, estratégias e medidas organizadas nos três níveis de intervenção: universais; seletivas e adicionais.

Diagnóstico
DINMSAI (Documento de Identificação da Necessidade de Medidas de Suporte à Aprendizagem e à

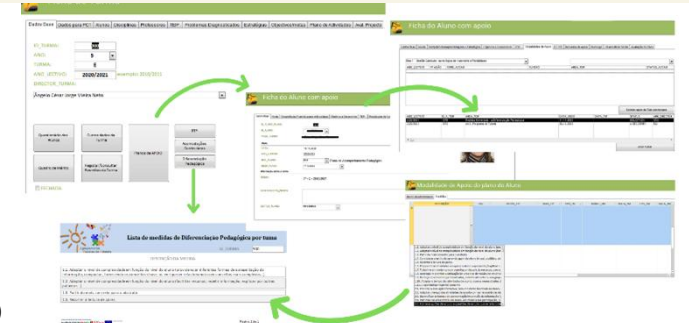


Fig. 8 - Esquema conceptual de operacionalização das tarefas da EMAEI (desenhado de acordo com o Manual de Apoio à Educação Inclusiva, com o propósito de monitorizar os indicadores para a inclusão)

EMAEI

DIAGRAMA DE ATUAÇÃO

A EMAEI (Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva) estabelece relações com toda a comunidade educativa. Partindo do diagnóstico, numa abordagem multinível, privilegia-se a atuação universal, envolvendo as várias estruturas da comunidade escolar na monitorização e estabelecendo uma rede estreita de comunicação entre todos os agentes envolvidos.

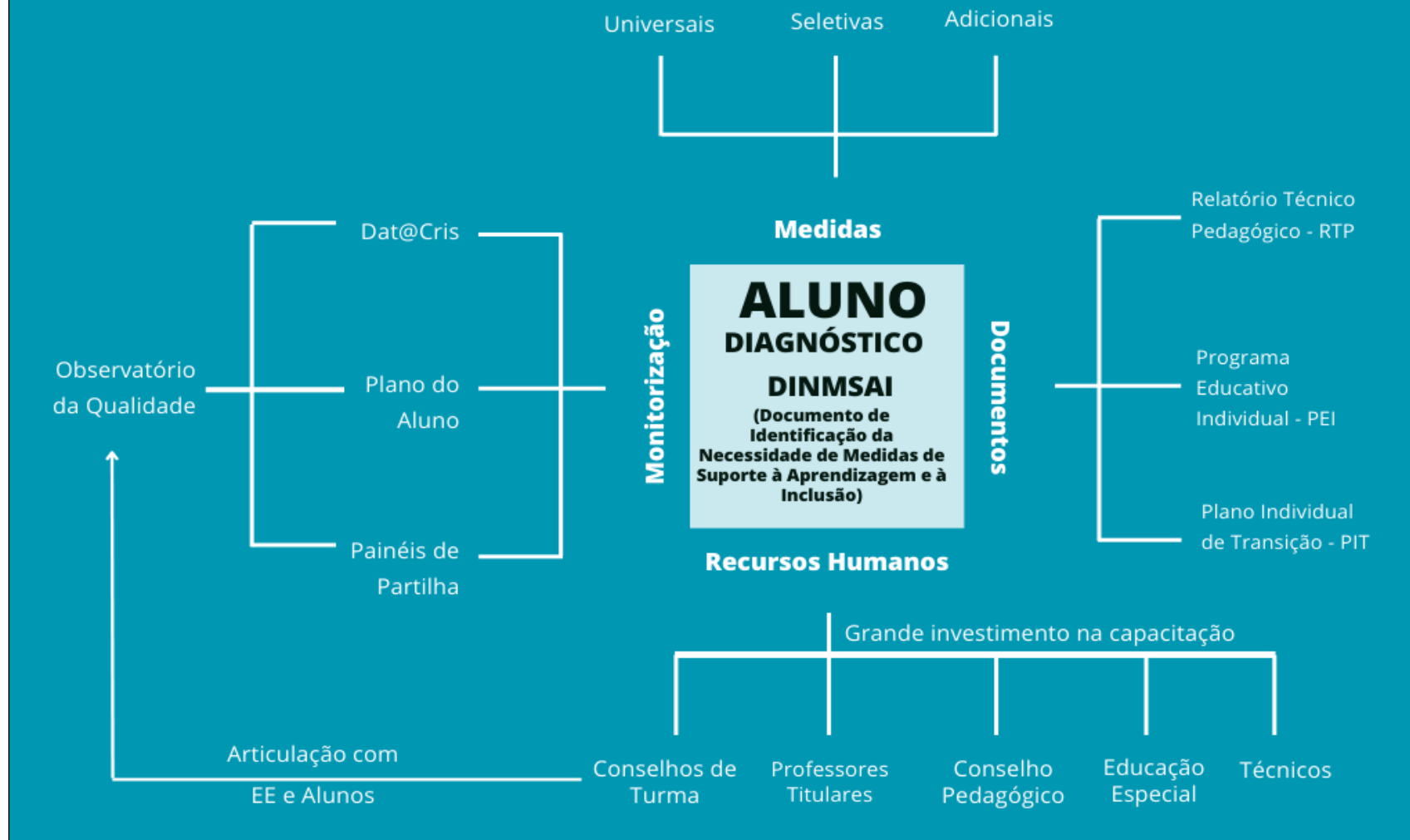


Fig. 9 – Diagrama de atuação da EMAEI – fluxo de comunicação

VII- Documentação de Apoio ao Processo

Após a constatação de que as medidas universais são insuficientes para assegurar o sucesso escolar do aluno, procede-se à identificação e definição das medidas que melhor promovem a realização do aluno nas diferentes áreas. A EMAEI fundamenta e operacionaliza as suas decisões através da elaboração do RTP e, quando necessário, do PEI.

1. Procedimentos Específicos do Agrupamento e Documentos Utilizados

Medidas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão		Documentos de Suporte
Universais	INOVAR+	Plano de Acompanhamento Pedagógico - PAP
		Registo de Avaliação do Aluno
Seletivas		<ul style="list-style-type: none"> - Relatório Técnico-Pedagógico (Anexo 2) - Documentos internos de operacionalização - Documento do CAA - Identificação da Necessidade de Medidas de Apoio (Anexo 5) - A EMAEI avalia e monitoriza a eficácia das medidas implementadas.
Adicionais	<ul style="list-style-type: none"> - Programa Educativo Individual (Anexo 3) - Avaliação das adaptações curriculares significativas - Documento do CAA - Identificação da Necessidade de Medidas de Apoio 	

Outros procedimentos

Avaliação e Revisão dos Planos		<ul style="list-style-type: none"> - A avaliação das medidas realiza-se trimestralmente. - O RTP é revisto no final de cada ciclo ou sempre que necessário. - Alterações nas medidas implicam a elaboração de um novo RTP
Envolvimento dos Intervenientes	Docentes e técnicos	<ul style="list-style-type: none"> - Responsáveis pela implementação das medidas previstas nos planos. - Colaboram na elaboração e revisão dos documentos. - Coordenadores da implementação: educador titular de grupo, professor titular de turma ou diretor de turma.
	Pais e Encarregados de Educação	<ul style="list-style-type: none"> - Participam ativamente no processo de decisão. - Assinam os documentos, expressando a sua concordância. - São envolvidos na análise e sugestão das medidas de suporte.
	Alunos	<ul style="list-style-type: none"> - Envolvidos sempre que possível. - Incentivados a participar na definição do seu plano de ação.

2. Papel Complementar do Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA)

- O CAA complementa o trabalho desenvolvido em sala de aula e outros contextos educativos, visando a inclusão plena dos alunos.
- Oferece uma resposta que agrega recursos humanos e materiais, saberes e competências da escola.
- Apoia a inclusão dos alunos nas atividades da turma e da escola.
- Promove o acesso à formação, ensino superior e integração na vida pós-escolar.
- Facilita o acesso ao lazer, participação social e vida autónoma.

Operacionalização:

- Os Professores elaboram planos individuais de intervenção.
- Os Relatórios de aplicação de medidas preenchidos trimestralmente.
- Avaliação contínua da eficácia das estratégias implementadas.

3. Monitorização e Avaliação da Eficácia das Medidas

Avaliação Contínua:

- A eficácia das medidas é continuamente avaliada e reformulada.
- Utilização da INOVAR+ou outra plataforma para o efeito e equipa educativa.
- Utilização de inquéritos de satisfação por parte do pessoal docente, não docente e alunos envolvidos, sempre que se justifique.
- Utilização do **Sistema de Monitorização da Implementação do Regime Jurídico da Ed. Inclusiva - Um Guia para as Escolas.**

Articulação de Estruturas:

- Privilegia-se a articulação do Observatório da Qualidade com a EMAEI.
- Ações previstas no Plano de Inovação e no Plano de Ação contribuem para a implementação eficaz das medidas.

4. Estratégias de Envolvimento da Comunidade Educativa

Diálogo e Colaboração:

- Promoção de reuniões formais, workshops e utilização de plataformas online como o INOVAR+ ou outras para o efeito.
- Criação de redes de partilha e estabelecimento de parcerias.
- Criação do PACE – Passos para Acolhimento da Comunidade Educativa.
Esta iniciativa inclusiva, introduzida no Plano de Ação do Agrupamento (Projeto educativo TEIP 4), inspira-se no documento **“Inclusão de Alunos Migrantes em Meio Educativo”**.

Participação dos Pais:

- Envolvimento ativo na definição dos planos de ação.
- Integração em atividades escolares, especialmente de caráter universal.

5. Considerações Finais

A mobilização das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão no Agrupamento de Escolas de Cristelo é um processo dinâmico e colaborativo, que envolve diversos intervenientes e recursos. Através de procedimentos bem definidos, documentação

estruturada e monitorização contínua, assegura-se que cada aluno recebe o apoio necessário para alcançar o sucesso educativo e desenvolver todo o seu potencial.

A abordagem holística adotada, que integra o trabalho da EMAEI, do CAA e das equipas educativas, permite uma resposta eficaz e ajustada às necessidades individuais, promovendo a inclusão e a equidade no acesso ao currículo. O envolvimento ativo dos pais, alunos e comunidade educativa é fundamental para a concretização destes objetivos, reforçando o compromisso coletivo com uma educação de qualidade para todos.

VIII-Adaptações ao Processo de Avaliação

1. Enquadramento Legal

De acordo com o Artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 54/2018, as escolas devem assegurar a todos os alunos o direito à participação no processo de avaliação, procedendo a adaptações quando necessário para garantir a equidade e a inclusão.

2. Princípios Gerais das Adaptações

- Base nas características específicas de cada aluno: As adaptações ao processo de avaliação devem ter por base as características individuais de cada aluno (n.º 1 do Artigo 28.º).
- Participação ativa dos alunos: Os alunos devem ser ouvidos sobre a identificação das adaptações a introduzir no processo de avaliação, promovendo o seu envolvimento e autonomia (n.º 1 do Artigo 28.º).
- Coerência com o processo de ensino e aprendizagem: As adaptações utilizadas no processo de avaliação interna devem ser coerentes com as utilizadas no processo de ensino e aprendizagem (n.º 2 do Artigo 28.º).
- Familiarização prévia: Uma nova adaptação não deve ser introduzida durante o processo de avaliação sem que o aluno já se encontre familiarizado com a mesma (n.º 3 do Artigo 28.º).
- Transversalidade: A necessidade dessas adaptações deve ser considerada em todas as disciplinas, garantindo uma abordagem transversal (implícito no Artigo 28.º).

3. Tipos de Adaptações ao Processo de Avaliação

Segundo o n.º 2 do Artigo 28.º, constituem adaptações ao processo de avaliação:

- a) Diversificação dos instrumentos de recolha de informação: inquéritos, entrevistas, registos vídeo ou áudio.
- b) Enunciados em formatos acessíveis, nomeadamente braille, formatos digitais, ampliados ou outros formatos adequados.

- c) Interpretação em Língua Gestual Portuguesa (LGP).
- d) Utilização de produtos de apoio.
- e) Tempo suplementar para realização da prova.
- f) Transcrição das respostas.
- g) Leitura de enunciados.
- h) Utilização de sala separada.
- i) Pausas vigiadas.
- j) Código de identificação de cores nos enunciados.

4. Competências na Implementação das Adaptações

- Avaliação Interna: As adaptações ao processo de avaliação interna são da competência da escola, sem prejuízo da obrigatoriedade de publicitar os resultados dessa avaliação nos momentos definidos para todos os alunos (n.º 3 do Artigo 28.º).
- Avaliação Externa no Ensino Básico: As adaptações ao processo de avaliação externa são da competência da escola, devendo ser fundamentadas, constar do processo individual do aluno e ser comunicadas ao Júri Nacional de Exames (JNE) (n.º 4 do Artigo 28.º).

5. Avaliação Externa no Ensino Secundário

Adaptações que a escola pode decidir e comunicar ao JNE: Conforme o n.º 5 do Artigo 28.º, a escola pode decidir, fundamentadamente, e comunicar ao JNE as seguintes adaptações ao processo de avaliação externa no ensino secundário:

- a) Utilização de produtos de apoio: máquina de escrever braille, computador, auxiliares de leitura, entre outros.
- b) Saída da sala durante a realização da prova.
- c) A adaptação do espaço ou do material;
- d) A transcrição das respostas;
- e) A leitura de enunciados;
- f) A presença de intérprete de língua gestual portuguesa;
- g) A consulta de dicionário de língua portuguesa;
- h) A realização de provas adaptadas: enunciados em formatos acessíveis (braille, digital, ampliados em A3).

Adaptações que requerem autorização do JNE: De acordo com o n.º 6 do Artigo 28.º, a escola pode requerer ao JNE autorização para realizar as seguintes adaptações:

- a) A realização de exame de português língua segunda (PL2);
- b) O acompanhamento por um docente;

- c) A utilização de instrumentos de apoio à aplicação de critérios de classificação de provas, para alunos com dislexia, conforme previsto no Regulamento das provas de avaliação externa;
- d) A utilização de tempo suplementar.

6. Registo das Adaptações

- Alunos com Medidas Universais: As adaptações ao processo de avaliação são registadas no Plano do Aluno (n.º 7 do Artigo 28.º).
- Alunos com Medidas Seletivas e/ou Adicionais: As adaptações constam no Relatório Técnico-Pedagógico (RTP) e também no Plano do Aluno (n.º 7 do Artigo 28.º).
- Avaliação Externa: Todas as adaptações ao processo de avaliação externa devem constar do processo individual do aluno e ser comunicadas às entidades competentes.

IX- Progressão dos Alunos

1. Enquadramento Legal

A progressão dos alunos é regulada pelo Artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 54/2018, que estabelece os princípios de progressão e transição para os alunos abrangidos por medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão.

2. Progressão de Alunos com Medidas Universais e Seletivas

2.1. Regime Geral:

Segundo o n.º 1 do Artigo 30.º, os alunos abrangidos por medidas universais e seletivas realizam a progressão nos termos definidos na lei geral, aplicando-se as normas comuns de transição de ano.

2.2. Alunos com Medidas Adicionais

2.2.1. Definição no RTP e PEI: os alunos abrangidos por medidas adicionais realizam a progressão nos termos definidos no Relatório Técnico-Pedagógico (RTP) e, quando aplicável, no Programa Educativo Individual (PEI).

2.2.2. Adaptações Curriculares Significativas:

- Os alunos com adaptações curriculares significativas não estão sujeitos ao regime de transição de ano escolar nem ao processo de avaliação característico do regime educativo comum.
- O aluno progride sempre que o conselho de turma considere que adquiriu as aprendizagens e desenvolveu as competências necessárias para prosseguir com sucesso os seus estudos no ano subsequente, tendo em conta os critérios de avaliação definidos no PEI.

3. Documentação e Registo

- Processo Individual do Aluno: Todas as decisões relativas à progressão devem ser registadas no processo individual do aluno.
- Comunicação às Famílias: As decisões devem ser comunicadas aos pais ou encarregados de educação, garantindo transparência e compreensão dos critérios aplicados.

X- Certificação

1. Enquadramento Legal

O direito à certificação está previsto no Artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 54/2018, assegurando que todos os alunos, independentemente das medidas de suporte mobilizadas, têm direito à emissão de certificado e diploma de conclusão da escolaridade obrigatória.

2. Certificação de Alunos com Adaptações Curriculares Significativas

Conteúdo do Certificado:

- Ciclo ou Nível de Ensino Concluído: Conforme o n.º 1 do Artigo 30.º, o certificado deve indicar o ciclo ou nível de ensino concluído pelo aluno.
- Informação Curricular Relevante: deve constar do certificado a informação curricular relevante do Programa Educativo Individual (PEI), bem como as áreas e experiências desenvolvidas ao longo da implementação do Plano Individual de Transição (PIT).

Modelo de Certificado – Regulamentação:

De acordo com o n.º 3 do Artigo 30.º, o modelo de certificado é regulamentado por portaria dos membros do Governo responsáveis pela área da educação e, sempre que aplicável, pela área da formação profissional.

Anexos

Anexo A – Descrição dos Documentos e Procedimentos Associados

Documentos de Suporte	Descrição	Procedimentos	Local
Anexo I – Identificação da Necessidade de Medidas de Suporte - DINMSAI	Documento que inicia o processo, descrevendo e fundamentando as razões para a necessidade de medidas de suporte.	<ul style="list-style-type: none"> - Entrega nos serviços administrativos. - Análise pela EMAEI. - Decisão sobre medidas universais ou elaboração do RTP/PEI. - Partilhado com o Diretor. 	Plano do Aluno
DINMSAI - Parte I			
DINMSAI - Parte II	<p>É elaborado um documento de resposta ao DINMSAI I com as medidas propostas; Em caso do Despacho DINMSAI (para medidas universais), o mesmo é apresentado pelo Educador(a)/PTT/DT ao respetivo EE.</p> <p>Em caso de elaboração de RTP, é realizada uma reunião entre elementos temporários da EMAEI (docente responsável, EE, e outros profissionais que estejam envolvidos).</p>		
Despacho DINMSAI	<p>Consiste num documento formal, elaborado pela EMAEI quando são apenas mobilizadas medidas universais após um processo formal de identificação;</p> <p>Para estes alunos tem obrigatoriamente de ser elaborado um PAP;</p> <p>O documento dá entrada na secretaria pela coordenadora da EMAEI, sendo depois enviado ao Educador(a)/PTT/DT;</p> <p>O Educador(a)/PTT/DT apresenta o documento ao EE, recolhendo a sua assinatura e arquiva no PIA (digital e em suporte papel).</p>		
Plano do Aluno - PAP	Registo das medidas universais implementadas, permitindo o mapeamento da intervenção realizada.	<ul style="list-style-type: none"> - Identificação e implementação pelos docentes. - Monitorização e avaliação periódica. 	Dat@Cris
Anexo 2 – Relatório Técnico-Pedagógico (RTP)	Documento que fundamenta a necessidade de medidas seletivas e/ou adicionais, incluindo fatores que facilitam e dificultam o progresso do aluno.	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração pela EMAEI. - Aprovação pelos pais. - Homologação pelo Diretor. - Implementação das medidas. 	Plano do Aluno (GIAE) e Dat@Cris
Planificações das ACNS	Quanto às planificações para os alunos que beneficiam de Adaptações Curriculares Não Significativas (ACNS), deverão estar integradas na plataforma Moodle com as dos respetivos grupos, sendo da responsabilidade do PTT/DT esse mesmo arquivo.		
Anexo 3 – Programa Educativo Individual (PEI)	Documento que operacionaliza as adaptações curriculares significativas, definindo competências, aprendizagens, estratégias de ensino e adaptações na avaliação.	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração pela EMAEI. - Implementação pelos docentes e técnicos. - Monitorização contínua. - Revisão conforme necessário. 	
Anexo 4 – Plano Individual de Transição (PIT)	Complementa o PEI, promovendo a transição para a vida pós-escolar, iniciando-se três anos antes da idade limite da escolaridade obrigatória.	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração pela EMAEI. - Envolvimento dos pais e alunos. - Implementação e acompanhamento. - Articulação com entidades externas quando aplicável. 	
Plano de turma (implementação de Medidas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão)	Documento que envolve o registo das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão e as adaptações ao processo de avaliação (art.º 28.º), constituindo-se também como evidência, uma vez que permite estabelecer o mapeamento da intervenção realizada com todos os alunos.	<p>Identificação</p> <p>Tomada de decisão pelos docentes e conselhos de turma</p> <p>Monitorização e avaliação</p>	Dat@Cris ou outra

<p>Anexo 5 – Documento do CAA – Identificação da Necessidade de Medidas de Apoio</p>	<p>Documento utilizado pelo CAA para planificar e aplicar as medidas de apoio implementadas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de planos individuais de intervenção. - Preenchimento de relatórios trimestrais. - Parecer do conselho de turma em cada período. - Avaliação da eficácia das medidas. 	<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">Plano do Aluno (G/AE ou outra)</p>
<p>Monitorização</p>	<p>A monitorização é realizada pelo Conselho de Turma na reunião de avaliação do final de cada período. Nesta reunião estará presente o elemento da EMAEI indicado à turma; A eficácia das medidas é analisada tendo como referência os resultados académicos do aluno no final de cada período: Eficaz (0 níveis inferiores a 3); Parcialmente eficaz; 1 ou mais níveis inferiores a 3; Não eficaz (Todos os níveis inferiores a 3). Contudo, quando a eficácia de uma determinada medida está garantida e em simultâneo se verifica situação de insucesso a nível académico, pode e deve ser considerada a sua eficácia (ex: o aluno pode ter um nível inferior a 3 a inglês mas a medida do Apoio Tutorial ser considerada eficaz). Em caso de insucesso, automaticamente são consideradas parcialmente eficazes ou não eficazes as medidas universais Acomodações Curriculares e Diferenciação Pedagógica.</p>		

Anexo B – Medidas Universais: a) Acomodações Curriculares

São medidas de gestão escolar curricular que permitem o acesso ao currículo e às atividades de aprendizagem na sala de aula através da diversificação e da combinação adequada de vários métodos e estratégias de ensino, da utilização de diferentes modalidades e instrumentos de avaliação, da adaptação de materiais e recursos educativos e da remoção de barreiras na organização do espaço e do equipamento, planeadas para responder aos diferentes estilos de aprendizagem de cada aluno promovendo o sucesso educativo.

Lista de Medidas de Acomodações Curriculares	
Título da Medida	Descrição da medida
1. Localização do aluno na sala de aula	1.1. Sentar o aluno de frente para o quadro
	1.2. Sentar o aluno perto do professor/da apresentação
	1.3. Ficar de pé junto ao aluno quando está a dar orientações/fazer apresentação
	1.4. Sentar o aluno junto de um colega modelo positivo/tutor
	1.5. Afastar o aluno de elementos distratores e/ou reduzir elementos distratores na sala de aula
2. Apresentação do conteúdo	2.1. Facultar pistas visuais/gráficos/pré e pós organizadores
	2.2. Assegurar-se de que as orientações são compreendidas
	2.3. Facultar exemplo do produto final
	2.4. Facultar esboços escritos/notas orientadoras/notas impressas
	2.5. Segmentar apresentações longas
	2.6. Ensinar através de abordagens multissensoriais/manipulativas
	2.7. Verificar oralmente a compreensão dos pontos-chave
	2.8. Escrever os pontos-chave no quadro
	2.9. Facultar tempo para responder a perguntas
	2.10. Ensinar o vocabulário previamente
	2.11. Modelar/demonstrar/simular conceitos
	2.12. Usar o computador para apoiar o ensino
	2.13. Fornecer fotocópias quando não for vantajoso para o aluno registar do quadro
3. Tarefas e fichas de trabalho	3.1. Certificar-se de que faculta pistas visuais/gráficos/pré e pós organizadores
	3.2. Certificar-se de que as orientações são previamente compreendidas
	3.3. Na apresentação da tarefa facultar exemplo do produto final
	3.4. Facultar esboços escritos/notas orientadoras/notas impressas para a elaboração das tarefas
	3.5. Segmentar apresentações longas aquando da realização das tarefas
	3.6. Expor as tarefas através de abordagens multissensoriais/manipulativas
	3.7. Verificar oralmente a compreensão dos pontos-chave na exposição das tarefas
	3.8. Na realização das tarefas escrever os pontos-chave no quadro
	3.9. Na realização das tarefas facultar tempo para responder a perguntas
	3.10. Certificar-se de que ensina o vocabulário necessário previamente à realização
	3.11. Na realização das tarefas modelar/demonstrar/simular conceitos
	3.12. Usar o computador para apoiar o ensino na realização das tarefas
	3.13. Fornecer suportes de apoio para adaptar materiais (lápiz, tesoura, entre outros)
4. Testes	4.1. Permitir a consulta de apontamentos/notas
	4.2. Usar preferencialmente itens de escolha múltipla
	4.3. Permitir aos alunos responder através de um gravador
	4.4. Utilizar testes curtos em vez de longos
	4.5. Usar testes orais (quando tal potencie os resultados do aluno)
	4.6. Permitir aos alunos escrever na folha de teste
	4.7. Permitir tempo extra no teste
	4.8. Permitir a realização do teste em outro local
	4.9. Permitir a realização do teste num outro horário (flexibilização)
	4.10. Facultar o teste em outro formato
	4.11. Permitir que o aluno responda através de computador
	4.12. Permitir a transcrição do teste
	4.13. Permitir que o aluno use calculadora
	4.14. Fornecer menos informação por páginas e utilizar só uma face da folha
	4.15. Numerar as linhas dos textos, facilitando a orientação do aluno no espaço gráfico
	4.16. Adequar o tamanho e o tipo de letra às necessidades do aluno
5. Competências organizativas	5.1. Treinar competências organizativas
	5.2. Utilizar um bloco de notas com as tarefas e trabalhos de casa/planeamento
	5.3. Permitir pausas em tarefas longas
	5.4. Utilizar calendários e agendas de tarefas coletivas e individuais
	5.5. Utilizar suportes de apoio para a organização individual
	5.6. Pedir a um par que ajude na organização de notas/apontamentos
	5.7. Facilitar a utilização de um temporizador visual
6. Comportamento	6.1. Utilizar estratégias de autodeterminação
	6.2. Utilizar regras simples e claras
	6.3. Assinalar as respostas certas, não as erradas
	6.4. Implementar um sistema de gestão de comportamento
	6.5. Permitir saídas/entradas da sala de aula/pequenas pausas
	6.6. Utilizar semanalmente instrumentos para registo do comportamento
	6.7. Utilizar um sistema de <i>time out</i> para alunos que beneficiem de paragens de atividade
	6.8. Antecipar algum tempo para a transição entre atividades e horários

Anexo C – Medidas Universais: b) Diferenciação Pedagógica

Pressuposto estruturante de uma ação pedagógica que tem em conta todos os alunos na relação com as tarefas de aprendizagem, que poderão ser diferentes quanto às suas finalidades e aos seus conteúdos, quanto ao tempo e ao modo de as realizarem, quanto aos recursos, condições e apoios que são disponibilizados.

Lista de Medidas de Diferenciação Pedagógica	
Título da Medida	Descrição da medida
1. Apresentação dos conteúdos e processo	1.1. Adaptar o nível de complexidade em função do nível do aluno (providenciar diferentes formas de apresentação da informação; compactar, fornecendo os conceitos-chave, ou enriquecer relacionando com conceitos mais complexos; facilitar resumos; repetir informação, explicar por outras palavras...)
	1.2. Partir do mais concreto para o abstrato
	1.3. Considerar o estilo de aprendizagem do aluno (visual, auditivo, cinestésico)
	1.4. Recorrer à leitura de pares
	1.5. Proporcionar atividades em que é o aluno a apresentar/explicar o conteúdo à turma
	1.6. Trabalhar em conjunto com o professor de sala de recursos, para que este reforce com os alunos os conceitos já trabalhados
	1.7. Antecipar e permitir a utilização de uma lista de vocábulos essenciais relacionados com o tema/conteúdos
	1.8. Reforçar os conceitos já trabalhados, individualmente ou em grupo (repetir a informação, explicar por outras palavras, etc...)
	1.9. Adaptar o tempo das atividades de acordo com as necessidades de cada aluno (por exemplo, de acordo com a capacidade de atenção e o tempo de concentração do aluno)
	1.10. Disponibilizar material concreto
2. Produções	2.1. Priorizar a avaliação formativa (com constante <i>feedback</i> ao aluno)
	2.2. Adaptar o tempo das atividades de acordo com as necessidades de cada aluno (por exemplo, de acordo com a capacidade de atenção e o tempo de concentração do aluno).
	2.3. Diversificar as formas de apresentação/expressão da informação (produção de texto, apresentação oral, desenho, pintura, imagens e gráficos, etc.)
	2.4. Partindo das áreas fortes do aluno, estimular a sua participação, por forma a promover o seu autoconceito e autoestima
	2.5. Fornecer guiões de estudo e questões de estudo que se relacionem diretamente com as fichas de avaliação (por exemplo, objetivos para as fichas de avaliação pormenorizados e/ou diferenciados)
	2.6. Recorrer às TIC ou suportes de apoio
	2.7. Mostrar um modelo do produto final (por exemplo, um algoritmo terminado)
	2.8. Adequar a dinâmica de trabalho em função das necessidades do aluno (individual, pares, em grupo)
3. Ambiente de aprendizagem	3.1. Utilizar as instalações fora da sala de aula para fomentar as aprendizagens (e.g., biblioteca, cozinha pedagógica, espaços exteriores, entre outros)
	3.2. Alterar a configuração de sala de aula de forma a promover a capacidade de atenção, a participação ativa, a cooperação e a interação
	3.3. Garantir a participação de todos os alunos (respeitando os limites de cada um) e evitar dirigir a atenção somente para os mesmos alunos
	3.4. Utilizar pistas de orientação (visuais, gestuais, impressas...)

Anexo D – Outras Medidas universais

c) Enriquecimento curricular

Com base na autonomia e flexibilidade curricular, é permitido à escola enriquecer o currículo com conhecimentos, capacidades e atitudes que contribuam para alcançar as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, podendo, inclusive, passar pela criação de novas disciplinas no ensino básico, como por exemplo Desporto Escolar, entre outras.

Exemplos de medidas do Agrupamento

- Clubes escolares;
 - Desporto escolar;
 - Biblioteca escolar;
 - Plano nacional de leitura;
 - Projetos escolares;
 - Exploratório;
 - Referenciais de Integração Curricular e Projetos de Integração Curricular;
 - Oficinas;
 - Desenvolvimento das diferentes literacias;
 - Preparação para as provas finais de ciclo e exames nacionais;
 - Projetos e programas de âmbito local, nacional e internacional: Eco-escolas; Escola Promotora de saúde; E-twinning.
-

d) Promoção do comportamento pró-social

Através da implementação de programas dirigidos para a promoção de competências socioemocionais.

e) A intervenção com foco académico ou comportamental em pequenos grupos

Intervenção realizada pelo Serviço de Psicologia e Orientação (SPO) e por docentes a um pequeno grupo de alunos com perfis e características semelhantes, centrando-se em ações de promoção do sucesso educativo e no reajuste de práticas comportamentais ou motivacionais.

Exemplos de medidas do Agrupamento

- Apoio educativo;
 - Coadjuvação a diferentes disciplinas (de acordo com o previsto no Plano de recuperação das aprendizagens do Agrupamento);
 - Apoio individualizado em Português Língua Não Materna para alunos provenientes de países estrangeiros;
 - Apoio em pequeno grupo a alunos com dificuldades de aprendizagem, nas diversas disciplinas;
 - Intervenção do SPO.
-

Anexo E – Medidas Seletivas

As medidas seletivas visam colmatar as necessidades de suporte à aprendizagem não supridas pela aplicação de medidas universais. Estas medidas são operacionalizadas com os recursos materiais e humanos disponíveis na escola. São medidas dirigidas a alunos em situação de risco acrescido de insucesso escolar ou que evidenciem necessidades de suporte complementar, em função das respostas das medidas universais.

a) Percursos curriculares diferenciados

Incluem as ofertas educativas do ensino básico, ofertas educativas e formativas do ensino secundário e cursos de dupla certificação, para os ensinos básico e secundário.

b) Adaptações curriculares não significativas

Medidas de gestão curricular que não comprometem as aprendizagens previstas nos documentos curriculares, podendo incluir adaptações a nível dos objetivos e dos conteúdos, através da alteração na sua priorização ou sequenciação, ou na introdução de objetivos específicos que permitam atingir os objetivos globais e as aprendizagens essenciais.

c) Apoio psicopedagógico

Tem como objetivos otimizar o processo de ensino e de aprendizagem, adquirir estratégias fundamentais para a performance académica, desenvolver a autonomia e a responsabilidade dos alunos, entre outros. Poderá ser operacionalizado por um técnico especializado (professor de educação especial ou psicólogo escolar), sendo de carácter preventivo ou remediativo e cuja intervenção se centra nos domínios escolar, cognitivo, comportamental ou socioemocional, em contexto individual ou de grupo. Para além de intervenções diretas, pode realizar-se de forma indireta por parte do SPO e do docente de educação especial através da capacitação dos professores e de outros agentes.

d) Antecipação e o reforço das aprendizagens

Tem como objetivos possibilitar a correta aquisição, em tempo útil, de conteúdos/competências e consequente aplicação dos mesmos e consolidar as aprendizagens essenciais de uma disciplina, podendo operacionalizar-se, por exemplo, facultando com antecedência e detalhe, os conteúdos que o aluno deverá estudar para os testes e para as fichas de avaliação, ou os textos a trabalhar em contexto de sala de aula.

Exemplos de medidas do Agrupamento

Apoio individualizado a alunos dos ensinos básico e secundário que beneficiam desta medida

e) Apoio tutorial

estratégia de apoio e orientação pessoal e escolar que se constrói através de uma relação desenvolvida de forma partilhada e construída por ambos os elementos da díade (tutor/tutorando). Destina-se a jovens em situação de risco, com reduzidos índices de envolvimento escolar e em risco de abandono escolar precoce, potenciando uma maior proximidade ao aluno, centrado no reforço dos sucessos alcançados, em articulação com o professor titular de turma e conselho de turma, consoante o caso.

Anexo F – Medidas Adicionais

Visam colmatar dificuldades acentuadas e persistentes ao nível da comunicação, interação, cognição ou aprendizagem e dependem da demonstração da insuficiência das medidas universais e seletivas previstas, fundamentada no RTP. Estas medidas são operacionalizadas com os recursos materiais e humanos disponíveis na escola, privilegiando-se o contexto de sala de aula.

a) Frequência do ano de escolaridade por disciplinas

A frequência por disciplinas deve assegurar a sequencialidade do currículo.

b) Adaptações curriculares significativas

Medidas de gestão curricular que têm impacto nas aprendizagens previstas nos documentos curriculares, requerendo a introdução de outras aprendizagens substitutivas e estabelecendo objetivos globais ao nível dos conhecimentos a adquirir e das competências a desenvolver, de modo a potenciar a autonomia, o desenvolvimento pessoal e o relacionamento interpessoal.

c) Plano individual de transição (PIT)

Documento dinâmico que complementa o PEI três anos antes da idade limite da escolaridade obrigatória, no sentido de preparar a vida pós-escolar dos alunos que frequentam a escolaridade com adaptações curriculares significativas.

d) Desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino estruturado

O ensino estruturado traduz-se num conjunto de princípios e estratégias que, com base na estruturação externa do espaço, tempo, materiais e atividades, promovem uma organização interna que permite facilitar os processos de aprendizagem e de autonomia das crianças/alunos com Perturbação do Espectro do Autismo (PEA);

e) O desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social

Ações de apoio ao crescimento e ao desenvolvimento pessoal e social dos alunos, visando igualmente a consolidação e aprofundamento das competências que o aluno já possui e a promoção da saúde e a prevenção de comportamentos de risco. A implementação desta medida implica o trabalho colaborativo e de articulação entre os docentes do aluno e o professor de educação especial.